



“Em cada caixa que se abre, surgem novas caixas de conspirações.”

Nelson Motta

COLUNISTA DE “O GLOBO”

Observando o desenrolar do caso Petrobras

“Desta vez, a colheita de resultados promete ser muito mais tardia.”

Rogério Furquim Werneck

ECONOMISTA

Sobre as metas do novo ministro da Fazenda

A Petrobras deve escolher a qual desses mundos prefere pertencer

Paulo Diniz

Cientista social e professor (PUC Minas)
www.panoramagerais.blogspot.com

O Brasil arcaico versus o Brasil moderno

O cotidiano da política brasileira, quando acompanhado de perto, altera a forma como percebemos o tempo: fatos recentes ganham dimensões catastróficas, enquanto acontecimentos mais distantes no tempo tendem a ser desprezados. Essa dinâmica, mais aguda em ano eleitoral, levou poucos analistas a perceberem a revolução modernizante que marcou o Brasil das duas últimas décadas: um círculo virtuoso de estabilidade econômica, amadurecimento das instituições públicas e sociedade civil. As ocorrências de corrupção descobertas na Petrobras, mesmo sendo exemplo da degenerescência da

política brasileira, também podem ser vistas como sinal de que a modernização do país começa a alcançar os desvãos mais escuros do Estado, pois têm levado às carceragens figuras tradicionais da corrupção nacional: os grandes empreiteiros.

A estabilidade econômica produzida pelo Plano Real, assim como a profunda e pouco divulgada reforma da máquina pública realizada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, criou as bases indispensáveis ao processo de modernização. A administração de Lula, por sua vez, distribuiu renda e fomentou o mercado consumidor interno, inserindo milhões de famílias brasileiras no coti-

diano globalizado da internet e dos padrões mundiais de gosto e estética. O Brasil rompeu, definitivamente, o isolamento internacional que era parte central do modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir da década de 30.

Conseqüentemente, além de instituições como a Polícia Federal, outros atores desempenham papel crucial para o desfecho do escândalo de corrupção na maior estatal brasileira: investidores internacionais e órgãos de controle do mercado financeiro norte-americano. O fato de a Petrobras ter parte de suas ações negociada na Bolsa de Valores de Nova York torna a empresa vinculada não

só à legislação financeira e anticorrupção dos Estados Unidos, como também faz com que a opinião pública desse país passe a acompanhar detidamente os passos da direção da estatal. O comportamento corporativo da maior empresa do Brasil, assim, está sendo avaliado pelos critérios dos investidores mais exigentes do mundo, sob pena de perder acesso ao grande volume de recursos que o principal centro do capitalismo mundial é capaz de prover. Não é por outro motivo, portanto, que a estatal brasileira rapidamente adotou uma postura colaborativa em relação às investigações, assim como anunciou mudanças importantes em sua estru-

tura de controle interna.

Trata-se de um choque frontal entre o Brasil arcaico e o moderno. De um lado, a corrupção alimentada pelos partidos que ocupam o poder, interpretando o Estado como um recurso privado a seu dispor; do outro lado, o Brasil moderno surgido de nossa integração com os padrões típicos das economias mais avançadas do planeta. No centro da tormenta, a Petrobras deve escolher a qual desses mundos prefere pertencer: ao que indicam os noticiários, o caminho a ser trilhado pela empresa, como indicativo para o futuro do Brasil, é seguir se modernizando.

A forma federativa de Estado

Wilson Campos

Presidente da Comissão da OAB-MG de Defesa da Cidadania e dos Interesses Coletivos da Sociedade

A diversidade linguística

Beto Vianna

Linguista
www.biolingua.com

Isonomia na República

Cláusula pétrea da Constituição da República, nos termos do art. 60, § 4º, inciso I, a forma federativa de Estado não pode ser modificada. Trata-se de dispositivo constitucional imutável, que não admite revogação ou emenda. Qualquer medida tendente a abolir esse preceito não será objeto de deliberação, o que impede o surgimento de inovações temerárias em assuntos cruciais para a nação.

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

Nesse quadro, à primeira vista exsurge certa igualdade entre os entes federativos. Entretanto, a leitura dos artigos constitucionais que pontuam a organização do Estado imbrica na factível predominância da União em detrimento dos demais entes, inclusive na material repartição dos tri-

butos. A União administra a maior parte do bolo da receita nacional. Ou seja, resta demasiadamente desigual a sobregarantia das ilusórias igualdade e liberdade projetadas pelo federalismo da República democrática.

O privilégio relevante do qual é portador o governo federal não fere apenas os basilares fundamentos da Carta Magna, mas enfraquece os entes mais próximos do cidadão, que travam uma dura queda de braço na solução das demandas recorrentes, embora com muito menor autonomia financeira.

Melhorar a distribuição de recursos aos Estados e municípios é uma necessidade emergencial de sobrevivência, haja vista os encargos excessivos sopesados principalmente aos municípios desde a Constituição de 1988. Novas regras de rateio precisam reinventar o pacto federativo, de forma a conciliar os verdadeiros anseios da sociedade, que reivindica maiores investimentos nas áreas sociais.

O governo federal precisa dar tratamento isonômico aos municípios e Estados, in-

dependentemente da situação partidária do ente federado. A população não pode ser sacrificada por antagonismos partidários ou mágoas entre uns e outros governantes. A distribuição dos recursos é para a promoção de um desenvolvimento mais equitativo, fato que pressupõe, por parte do agente político, uma dose certa de parcimônia e bom senso.

Os entes da Federação, embora não pareçam, são destinatários legítimos de direitos iguais, cabendo-lhes os seus respectivos quinhões de verbas públicas repartidos com imparcialidade e isonomia. De sorte que, mediante controle social, deverão se valer da ética e da probidade para a gestão democrática e para o investimento correto na cidade, no campo, no crescimento do país.

A justiça e a isonomia são ferramentas desbravadoras que podem construir pelas mãos dos homens de bem uma República verdadeiramente solidária, justa e mais igual, mas que o seja pela eficiência, transparência e moralidade na gestão da coisa pública.

Voz do Iguazu

O melhor lugar possível para receber um evento dessa grandeza. Banhada pela tríplice fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai – Foz do Iguazu é palco da antiga história de marginalização dos povos guaranis. Foi em Foz que, nos quatro dias do Seminário Ibero-Americano de Diversidade Linguística (17 a 20 de novembro), autoridades, professores, cientistas, poetas, lideranças indígenas e representantes de línguas minoritárias da América Latina e da Península Ibérica se reuniram para olhar com seriedade para a questão da diversidade linguística.

O seminário foi organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e a Universidade da Integração Latino-Americana (Unila). Sediada em Foz, a Unila é a primeira universidade bilíngue brasileira e em via de fazer do guarani (língua oficial no Paraguai e no Mercosul) mais do que um rostinho bonito no currículo.

Ao lado de conversas preciosas nas muitas línguas disponíveis, ações importantes marcaram o seminário, como o reconhecimento, pelo Iphan, das línguas talian, asurini e guarani mbya como referências culturais brasileiras, passando a fazer parte do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Autoridades também se reuniram no evento para trocar experiências e propor políticas conjuntas. Um fórum de professores da Unila e sessões com relatos de experiências conjuntas. Um fórum de professores da Unila e sessões com relatos de experiências conjuntas. Um fórum de professores da Unila e sessões com relatos de experiências conjuntas.

A diversidade da linguagem humana deveria encantar a todos. Infelizmente, não é bem assim. Há séculos, alguns de nós (vergonhosamente, também humanos) descobriram que a maneira mais eficaz de excluir, explorar e espoliar uma pessoa é romper a ligação umbilical entre seu modo de viver e o seu modo de dizer. A empreitada teve como resultado o desaparecimento de milhares de línguas, e, o que é mais grave, das relações humanas que essas línguas traduzem. Essa é a situação depauperada

que vivem, hoje, milhares de povos no mundo, após cinco massacrantes séculos de empresa colonial e pós-colonial.

Na conferência de encerramento, o estudioso Bartolomeu Meliã falou na “deforestação” (desmatamento) linguística das Américas. A cada ocupação civilizadora do espaço indígena, abre-se um deserto cultural, a imposição de um modo de vida a uma gente que se fez gente em um ambiente linguístico e ecológico próprio. Lembrando que o espaço original das línguas indígenas nunca foi isolado, ou fechado em si mesmo. Os povos americanos sempre mantiveram contato com as comunidades do entorno, falantes e ouvintes em outras línguas. Tal como na África atual, não é raro um indiozinho falar uma língua além da materna, pois cada língua particular é apenas um nó na grande rede de conversações que mantemos uns com os outros, tenhamos ou não um jeito diferente de dizer as coisas.

O português merece ter outras línguas pra conversar.

O TEMPO

ENDEREÇOS
Sede Comercial
Rua Pernambuco, 712 - Funcionários
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-151
Fone (31) 2138-3900 - Fax (31) 2138-3920
Web.: www.otempo.com.br
e-mail: comercial@otempo.com.br
Redação e Industrial
Avenida Babita Camargos, 1.645
Cidade Industrial, Contagem - MG
CEP 32.210-180 Fone: (31) 2101-3000

SERVIÇOS EDITORIAIS
The New York Times
AGÊNCIAS NOTICIOSAS
Associated Press,
Agência Globo,
Folhapress e
Agência Estado

ATENDIMENTO AO ASSINANTE:
0800-703-4001
(interior)
(31) 2101-3838
(Capital e Grande BH)
Horário de funcionamento:
Segunda a sexta-feira: 7h às 19h
Sábado, domingo e feriados: 7h às 13h
E-mail: atendimento@otempo.com.br

FILIADO À ANJ
Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br
IVZ
FILIAL DO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

PREÇO DA ASSINATURA: NORMAL MG
(consulte nossas promoções)

Anual	Semestral	Trimestral
R\$ 492,00 à vista ou: 2 x R\$ 246,00 3 x R\$ 164,00 4 x R\$ 123,00	R\$ 246,00 à vista ou: 2 x R\$ 123,00 3 x R\$ 82,00 4 x R\$ 62,00	R\$ 123,00 à vista

ESCRITÓRIOS COMERCIAIS

SÃO PAULO
Avenida Jamaris, 100 - Sala 207 - Bairro Moema - São Paulo - SP - CEP 04.078-000
Fone/fax:
(11) 5531-3334 - (11) 5531-3336 - (11) 9935-3534
E-mail: rodrigo.simo@otempo.com.br

RIO DE JANEIRO
Bueno Comunicação - Av. Almirante Barroso, 63 - Sala 2012 - Edifício Cidade do Rio de Janeiro - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.031-003
Fone: (21) 2524-5644 ou (21) 96968-2255
E-mail: barbara.bueno@buenocomunicacao.com.br e fbueno@buenocomunicacaodf.com.br

BRASÍLIA
Bueno Comunicação - SRTVS - Quadra 701 - Bloco O - Conj. 896 - Edifício Centro Multiempresarial - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70.340-000
Fone/fax: (61) 3223-6999 - (61) 8179-7215
E-mail: daniela.bueno@buenocomunicacaodf.com.br e fbueno@buenocomunicacaodf.com.br

ESPÍRITO SANTO
Bueno Comunicação - Rua Professor Elpidio Pimentel, 409 - Sala 201 - Edifício Macondo - Mata da Praia - Vitória - ES - CEP 29.065-060
Fone/fax: (27) 3376-5095 e (27) 98129-0362
E-mail: violela@buenocomunicacaes.com.br e fbueno@buenocomunicacaodf.com.br